2023

Relatório e Contas

IMGA Iberia Fixed Income ESG

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

gestão de ativos
sgoic

Classificação
SFDR - Artº 8

ÍNDICE

Relatório de Gestão *2*

Nota Introdutória **3**

Síntese da Evolução dos Mercados **4**

Principais Eventos **7**

Desempenho Fundos Obrigações **9**

Informação relativa à Gestão do Fundo **10**

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade **12**

Eventos Subsequentes **13**

Notas Informativas **14**

Anexos **18**

- Demonstrações Financeiras e Notas Anexas
- Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
- Relatório de Auditoria

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 2 de fevereiro de 2017, sob a designação IMGA Iberia Fixed Income – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

A 10 de setembro de 2019 alterou a sua denominação para IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo incorporado na sua política de investimento critérios ambientais, sociais e de governação corporativa (*Environment, Social & Governance*).

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual foi constituída a 3 de fevereiro de 2022.

A Categoria R de Unidades de participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 3 de maio de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

No início de 2023 a expetativa praticamente generalizada dos analistas era de uma recessão nas principais economias desenvolvidas, fruto do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde os anos 80 e dos níveis ainda excessivos da inflação. Alguns dos principais indicadores de confiança encontravam-se em quebra e vários indicadores de atividade exibiam uma trajetória descendente. O pessimismo dos investidores era refletido num posicionamento defensivo, visível na exposição limitada aos ativos de risco, em particular ao mercado acionista.

Apesar da permanência da inflação em níveis elevados e de algumas surpresas em alta nos primeiros meses do ano, a perceção dos investidores ajustou-se a uma realidade em que a queda do preço das matérias-primas permitiria o retrocesso da inflação nos meses seguintes, de resiliência do mercado laboral das principais economias desenvolvidas, em que o efeito da reabertura económica no sector dos serviços não se havia ainda esgotado e a um processo de transmissão da política monetária para a economia real mais prolongado do que o esperado. Também a política orçamental contribuiu para um desempenho económico mais positivo do que o esperado em 2023.

A crise de confiança no sector bancário, em março de 2023, constituiu um dos momentos de maior volatilidade nos mercados financeiros, tendo originado, numa fase inicial, fortes quedas das taxas de juro, alimentadas por expetativas de cortes de taxas diretoras pelos bancos centrais, para contrariar o impacto negativo de uma potencial crise financeira. A resposta proativa dos bancos centrais, em particular da Reserva Federal dos EUA, viria a provar-se determinante para evitar uma espiral negativa, com implicações potencialmente globais, ao anunciar a garantia da totalidade dos depositantes dos bancos sob pressão e um mecanismo de cedência de liquidez ao sector bancário com condições vantajosas.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi irregular no decorrer de 2023, decorrente da evolução das perspetivas de evolução da inflação e de atuação dos bancos centrais. Também o acréscimo das emissões de dívida pública nos EUA

constituiu um importante driver das taxas de juro de mercado ao longo do ano. Depois da forte subida das taxas de juro na Europa e nos EUA entre maio e meados de outubro, que conduziu as taxas de juro a 10 anos para máximos desde 2011 e 2007, respetivamente, seguiu-se uma inversão abrupta e agressiva de tendência, fruto da evolução mais favorável das métricas inflacionistas e da mensagem mais branda dos bancos centrais. A inversão referida permitiu uma queda de 55pb das taxas da Alemanha para 2,02% na taxa a 10 anos, e que a mesma taxa de juro dos EUA tenha encerrado o ano no mesmo nível em que iniciou 2023 (3,9%), o que culminou em valorizações de 7,1% do índice de dívida governamental dos EUA e de 3% do índice de dívida agregada dos EUA.

A incorporação de diferentes perfis de atuação dos bancos centrais e de desempenho económico significou movimentos diferenciados das taxas de juro nas diversas maturidades da dívida, com quedas mais acentuadas nos prazos intermédios (5 a 10 anos) nos EUA e na parte curta da curva no caso da dívida alemã (2 anos), embora em ambos os casos a curva de rendimentos tenha permanecido invertida no decorrer de 2023.

A trajetória descendente das taxas de juro foi transversal aos diferentes emitentes soberanos da Área do Euro, tendo-se inclusivamente assistido a estreitamentos do spread da dívida da periferia europeia face à Alemanha que superaram os alargamentos ocorridos no ano anterior.

A perceção de evolução mais favorável do que a esperada dos fundamentais foi determinante para o perfil de valorização das classes de maior risco. A queda dos custos de financiamento, o perfil controlado de incumprimentos e o desempenho económico mais benéfico do que o esperado permitiram estreitamentos dos spreads de crédito no cômputo anual, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-29pb) quer na dívida de *high yield* (-112pb) europeia, o que, a somar aos ganhos possibilitados pela componente de taxa de juro, significou valorizações de 8,2% e de 12,1%, respetivamente. Apesar das fortes desvalorizações em março, coincidentes com a falência do Credit Suísse, o índice de dívida subordinada do sector bancário europeu fechou o ano com uma valorização superior a 13%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente em destaque pela positiva em 2023, com estreitamentos de spread de 31pb e de 146pb da dívida empresarial *investment grade* e de *high yield*, respetivamente, que possibilitaram valorizações de 5,8% e de 13,5% no ano.

O universo de dívida de mercados emergentes somou igualmente ganhos em 2023, com a dívida governamental e a dívida empresarial a registarem estreitamentos de spread que contribuíram para valorizações de 8,4% e de 7,85%, respetivamente. O índice de dívida de mercados emergentes em moeda local esteve entre os mais bem-sucedidos, com uma valorização superior a 11% no ano. Por outro lado, nota para o facto de a fragilidade económica da China, em particular do sector imobiliário, ter voltado a contribuir para o acréscimo de volatilidade no segmento de dívida de mercados emergentes.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2023 foi amplamente positiva, fruto do crescimento dos resultados empresariais e da expansão de múltiplos ocorrida. À exceção de momentos isolados de acréscimo de volatilidade, imperou um ambiente de apetite pelo risco dos investidores, favorecido pelas surpresas económicas positivas e pela exposição relativamente diminuta à classe no início do ano.

A expectativa gerada em torno dos benefícios da aposta na inteligência artificial foi um dos principais drivers de performance da classe, em particular no primeiro semestre do ano. Com efeito, os títulos com maior associação a este tema estiveram entre os que registaram os maiores ganhos anuais, o que impulsionou o índice de tecnológicas Nasdaq (+43,4% no ano) e os índices de ações dos EUA em termos agregados (com o S&P500 a valorizar 24,2%). Os sectores de media (24%), construção (30,6%), tecnologia (31,7%) e de

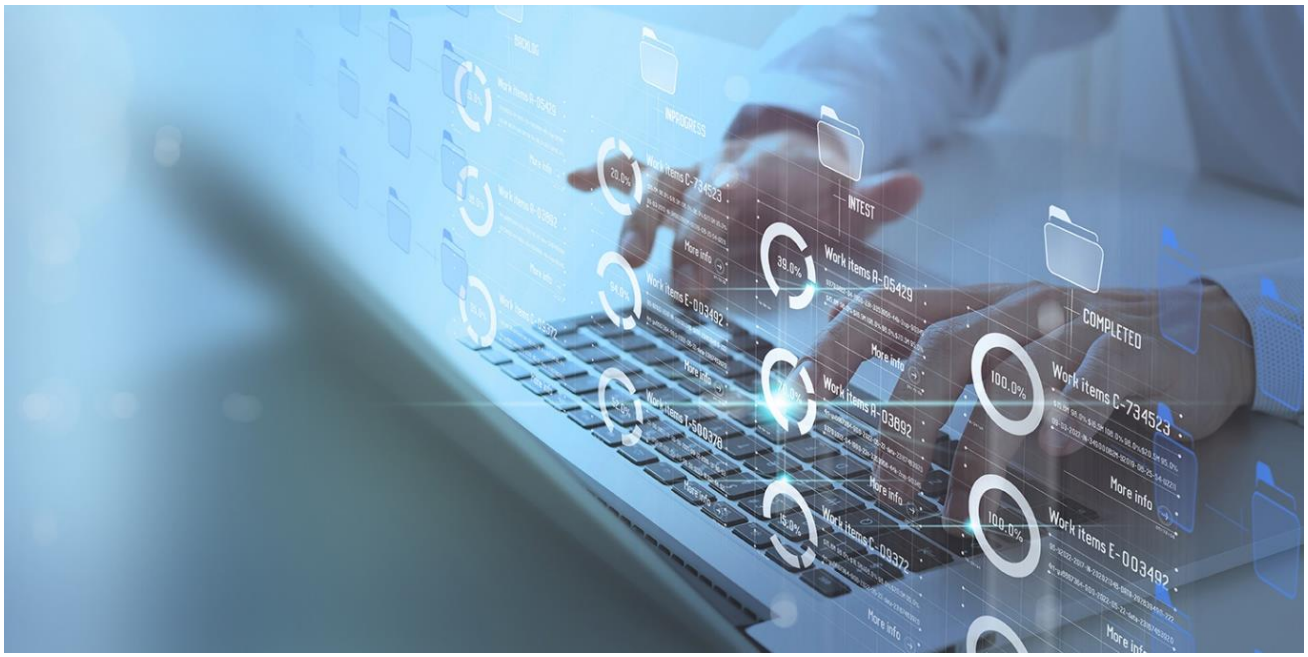
retalho (34,4%) estiveram entre os que mais valorizaram.

Na Europa, o perfil de rendibilidades foi algo díspar, com valorizações mais modestas dos índices britânico FTSE 100 (+3,8%) e suíço (+3,8%), fruto do respetivo enviesamento sectorial mais *value*, e ganhos mais acentuados dos índices alemão (+20,3%), espanhol (+22,8%) e italiano (+28,0%), reflexo da natureza mais cíclica e da reversão dos efeitos da crise energética na região.

Nas restantes regiões, o principal destaque pela positiva foi a valorização das praças acionistas japonesas, com uma valorização superior a 28% do Nikkei, o qual beneficiou amplamente da forte desvalorização do iene. Em oposição, e apesar do processo mais célere do que o esperado de reabertura económica da China, o respetivo índice acionista voltou a estar pressionado, com uma correção de 12,5% do índice de cariz mais doméstico, o China A Shares. Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 22% em 2023.

A incorporação de expectativas de cortes algo pronunciados de taxas diretoras dos EUA, da Área do Euro e do Reino Unido nos últimos dois meses do ano alterou significativamente o perfil de valorização das respetivas divisas no cômputo anual. A forte queda das taxas de juro dos EUA originou uma desvalorização de 5% do dólar desde os máximos de setembro até ao final de 2023, o que contribuiu decisivamente para a perda anual de 2,1% do cabaz de divisas que engloba os principais parceiros comerciais dos EUA. Por outro lado, depois de dois anos consecutivos de desvalorização, o euro ganhou terreno contra o dólar dos EUA (+3,1%), tendo em termos agregados valorizado 3,4% contra os principais parceiros comerciais da região. Em oposição, a política monetária ultra-acomodatícia do Banco Central do Japão, profundamente contrastante com as restantes economias desenvolvidas, esteve na origem do terceiro ano consecutivo de depreciação da divisa contra o dólar dos EUA, tendo atingido no período a cotação mais baixa desde 1990.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi negativo em 2023 (-12,6%), não obstante a trajetória descendente do dólar. Os metais industriais e os bens energéticos estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos metais preciosos e de vários bens do segmento alimentar.



Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DE NOVOS FUNDOS E CATEGORIAS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO:

Categoria R - IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva

A 4 de janeiro de 2023 foi constituída a Categoria R para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva.

Categoria I - IMGA Liquidez

A 28 de fevereiro de 2023 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Liquidez.

Fundo IMGA PME Flex

A 2 de janeiro de 2023 o fundo IMGA PME Flex iniciou a sua atividade, com a constituição da categoria I.

Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I

O Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I, fundo aberto de duração limitada, começou a sua comercialização a 2 de janeiro de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de fevereiro, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Financial Bonds 3,5 Y

O fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y começou a sua comercialização a 20 de março de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de junho, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série

A 3 de julho foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Serie, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 1 de setembro.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Serie

A 16 de outubro foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Serie, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 4 de dezembro.

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS AOS FUNDOS IMGA

Em março de 2023, seis fundos da IMGA - Ações Portugal, Alocação Conservadora, Alocação Moderada, Poupança PPR, Rendimento Mais e Rendimento Semestral - foram galardoados pelo Rating FundsPeople 2023, com a classificação B de Blockbuster.

O IMGA Rendimento Mais e o IMGA Rendimento Semestral receberam esta distinção pelo quarto ano consecutivo. A classificação B de Blockbuster é atribuída aos fundos que no final do ano anterior contavam com um volume significativo de ativos em Portugal.

Na edição de 2023 dos "Prémios Melhores Fundos Jornal de Negócios/APFIPP", que decorreu no mês de maio, o IMGA Ações América foi distinguido como melhor fundo na categoria "OIC de Ações Americanas".

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 17 de fevereiro de 2023 foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A 9 de março foram alterados os Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, com a inclusão

de um anexo com informações relacionadas com a sustentabilidade e no âmbito da transparência dos investimentos sustentáveis na divulgação de informações pré-contratuais, tal como previsto no Regulamento Delegado (EU) 2023/363.

A 15 de maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2022.

A 13 de julho foram alterados os Prospetos dos diversos fundos geridos pela sociedade, com uma maior desagregação dos componentes da TEC.

A 28 de agosto, decorrente da entrada em vigor do novo Regime da Gestão de Ativos, foram alterados os documentos constitutivos dos Fundos de Capital de Risco, com a alteração da denominação dos mesmos.

A 24 de novembro foram publicadas as novas versões dos documentos constitutivos dos fundos, no âmbito do processo de adaptação ao novo Regime da Gestão de Ativos (RGA).

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 28 de abril e 31 de agosto de 2023 foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais e semestrais, respetivamente, dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

No âmbito da comercialização transfronteiriça, e na sequência do registo que já havia sido feito em 2022 para um conjunto de fundos, foi adicionalmente efetuado em 2023 o registo do fundo IMGA Ações Portugal para comercialização em Espanha.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

No primeiro trimestre de 2023 foram publicadas atualizações no website da Sociedade Gestora relativas à Política de Sustentabilidade adotada e ao documento "Informações Relacionadas com Sustentabilidade", com a inclusão de um ponto sobre diligência devida e uma síntese da política de envolvimento.

A 30 de junho foi igualmente publicada a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", relativa ao ano 2022.

ALTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em outubro de 2023, na sequência da autorização da CMVM, iniciou funções como membro do Conselho Fiscal da Sociedade, o Dr. António dos Santos Lindeza.

ONE KAPITAL – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 21 de dezembro iniciou atividade o Fundo de Capital de Risco One Kapital.

FUTURUM TECH – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 29 de dezembro foi registado junto da CMVM o Fundo de Capital de Risco Futurum Tech.

LIQUIDAÇÃO DE FUNDO DE CAPITAL RISCO

A 29 de dezembro de 2023 foi liquidado o fundo Almond Tree Private Equity Fund – Fundo de Capital de Risco Fechado.

Desempenho Fundos Obrigações

Os fundos de obrigações recuperaram em 2023 boa parte das perdas registadas no passado devido à forte subida de taxa de juro promovida pelos bancos centrais, com o objetivo de conter a escalada da inflação. As *yields* a médio e longo prazo registaram uma descida ao longo do ano, dando suporte à rendibilidade destes fundos de investimento.

Em Portugal, esta categoria de fundos apresentou um forte crescimento por duas vias: vendas líquidas positivas (€408M) e efeito de mercado positivo (€130M), o que contribuiu para que encerrasse o ano com um volume sob gestão de €3.337M, representativos de um crescimento de 19% relativamente a 2022.

Na IMGA, os fundos de obrigações acompanharam a tendência, com vendas líquidas positivas de €160M e uma valorização via efeito de mercado de €33M, registando um total de ativos sob gestão de €869M no final de 2023, um aumento de 29% face ao período homólogo.

Uma parte significativa deste crescimento resultou da iniciativa de constituição de um conjunto de fundos de prazo definido lançados no decorrer do ano (IMGA Financial Bonds 3y 2,25% Serie I Cat A, IMGA Financial Bonds 3,5 Y Cat A, IMGA Obrigações Globais Euro 2024 Serie I Cat A e o IMGA Obrigações Globais Euro 2025 Serie Ii Cat A) cujas vendas ascenderam a €243M.

A rendibilidade anual nesta categoria variou entre 4,3% no fundo IMGA Euro Taxa Variável Cat A e 7,2% no fundo IMGA Ibéria Fixed Income Cat I, evidenciando uma boa performance face a anos anteriores.

No final de 2023 os fundos de obrigações representavam aproximadamente 21% dos ativos sob gestão na IMGA.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	4,33%	1,05%	2	0,01%	1,05%	2	0,48%	1,49%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	4,33%	1,05%	2	-0.01% (*)	1,05%	2	0.46% (*)	1,49%	2
CA RENDIMENTO	4,62%	1,19%	2	-0,33%	1,29%	2	0,27%	1,98%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	5,04%	1,49%	2	-0,91%	1,84%	2	0,10%	2,36%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	5,02%	1,50%	2	-0.82% (*)	1,84%	2	0.15% (*)	2,36%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	6,21%	4,19%	3	-3,86%	4,16%	3	-0,34%	4,31%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	6,30%	4,20%	3	-3.78% (*)	4,16%	3	-0.28% (*)	4,31%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	6,78%	3,87%	3	-2,16%	3,59%	3	-0,19%	4,49%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	7,23%	3,87%	3	-1.75% (*)	3,59%	3	0.23% (*)	4,49%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R	6,96%	3,88%	3	-2.06% (*)	3,59%	3	-0.13% (*)	4,49%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS	6,42%	3,06%	3	-1,69%	3,18%	3	-0,34%	3,42%	3
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2024 SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2025 2ª SERIE CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os fundos IMGA Financial e Obrigações Globais iniciaram atividade em 2023.
(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A
Fonte: IMGA

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2023 foi caracterizado pela continuação do conflito militar entre a Rússia e Ucrânia, pelas pressões inflacionistas elevadas nos EUA e na Europa, que se tornaram persistentes, e pela consequente intervenção expressiva dos bancos centrais através do aumento significativo das taxas de juro e redução dos programas de estímulos à economia.

Os dados macroeconómicos sobre o emprego, consumo, atividade económica e a pressão salarial continuaram a suportar a robustez das economias dos EUA e da Europa, apesar do abrandamento da economia evidenciado por alguns indicadores económicos.

A crise de liquidez verificada nos bancos regionais norte-americanos, que contribuiu para a resolução do banco Credit Suisse, teve um efeito temporário na redução das taxas de juro e aumento da aversão ao risco, tendo sido rapidamente solucionada pelos reguladores, permitindo a normalização dos mercados financeiros.

Adicionalmente, a China abandonou a política limitada de combate à pandemia (Covid zero), contribuindo para o crescimento económico global, embora a um ritmo inferior ao esperado.

As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram bastante no curto prazo, tendo o longo prazo registado uma ligeira diminuição, com a curva temporal a agravar substancialmente a inversão devido aos receios de uma recessão económica eminente. No entanto, na parte final do ano este movimento de subida das taxas de juro foi totalmente revertido, tanto nos EUA como na Europa, devido às perspetivas de um abrandamento económico significativo com impacto positivo na inflação e consequente possível intervenção dos bancos centrais através de políticas monetárias expansionistas.

No mercado obrigacionista de dívida privada, os acontecimentos descritos anteriormente tiveram impacto positivo no segmento *Investment Grade* e *High Yield* devido ao aumento da procura de ativos de risco, tendo os spreads estreitado na generalidade. Os spreads atuais de crédito já incorporam muitos dos riscos acima mencionados, nomeadamente o cenário de estagflação e recessão económica.

Durante o ano houve um aumento significativo das emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito também a aumentar.

Neste contexto, a estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Iberia Fixed Income durante 2023 assentou numa gestão ativa do risco de taxa de juro da Alemanha e do risco de crédito soberano da Europa Periférica, tendo em conta a dimensão dos conflitos militares entre a Rússia e a Ucrânia e no Médio Oriente, a manutenção da inflação em níveis elevados, o aumento das taxas de juro de referência, a retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais, a volatilidade no preço do petróleo e a perspetiva de um abrandamento económico significativo. Devido à volatilidade das taxas de juro no médio e longo prazo, o Fundo geriu de forma conservadora a sua exposição a Portugal e Espanha, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro e no risco de crédito soberano a remunerações mais atrativas e em maturidades de curto e médio prazo e privilegiando o segmento *Investment Grade* e emitentes ibéricos de sectores mais defensivos, nomeadamente os de energia, telecomunicações e financeiro, com maturidades de curto prazo de forma a ter o perfil de risco/retorno mais conservador devido ao risco de alargamento dos spreads da curva de crédito.

O investimento em dívida subordinada, dívida híbrida e *high yield* foi mantido a níveis reduzidos devido ao possível risco de agravamento das perspetivas económicas de Portugal e Espanha e do agravamento da inflação. Durante o ano o Fundo manteve seus níveis de duração reduzidos, através da venda da dívida pública de longo prazo e de um aumento da cobertura parcial do risco de taxa de juro na sua exposição ao segmento de obrigações de taxa fixa. A manutenção da duração a níveis mais reduzidos acabou por ter impacto menos positivo na performance do Fundo em 2023.

Apesar de investir predominantemente no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o Fundo aproveitou alguns períodos de aumento do apetite por risco para rebalancear exposição a alguns emitentes com maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e dívida *high yield* para evitar um acréscimo de volatilidade. O Fundo manteve níveis adequados de liquidez tendo em conta a volatilidade deste período.

O desempenho do Fundo durante o ano de 2023 foi influenciado pelos prémios de risco de crédito dos emitentes ibéricos, em especial no segmento de maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e *high yield*, e pela evolução dos spreads da dívida pública de Espanha e Portugal. O segmento de taxa indexada apresentou uma grande estabilidade, tendo registado uma valorização expressiva. Por outro lado, a queda das taxas de juro sem risco de médio e longo prazo penalizaram a performance do Fundo.

A participação ativa do Fundo no mercado primário de obrigações de crédito para captar o prémio de risco ficou mais limitada devido à volatilidade das taxas de juro e dos spreads de crédito e de forma a manter ajustado o perfil de risco/retorno dos investimentos.

No final de 2023, a categoria A do IMGA Iberia Fixed Income ESG apresentava uma rendibilidade a 1 ano de 6,8%, tendo atingido um valor líquido global de €1,4M, superior em 7% face aos €1,3M de dezembro de 2022. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas negativas marginais.

A categoria R do Fundo apresentava uma rendibilidade de 7,0% no final do ano, com um valor sob gestão pouco significativo.

A categoria I do Fundo apresentava, no final de 2023, uma rendibilidade a 1 ano de 7,2%, tendo atingido um valor líquido global de €2,1M, um crescimento de 95% relativamente aos €1,1M de dezembro de 2022. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas positivas de €0,9M, com subscrições de idêntico valor.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	**RENDIMENTO FIXO**	**RENDIMENTO VARIÁVEL**	**NÚMERO A 31/12/2023**
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	358.566	172.748	3
Administradores independentes	41.520	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	32.670	-	4
COLABORADORES	**RENDIMENTO FIXO**	**RENDIMENTO VARIÁVEL**	**NÚMERO A 31/12/2023**
Colaboradores	2.011.578	269.877	43

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2023.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €35.978 pelos serviços prestados nesse âmbito.

Em 2023 não foram pagos quaisquer valores referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do exercício anterior.

Relativamente a 2023, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados, nem foram introduzidas quaisquer alterações significativas à Política de Remunerações em vigor.

Eventos Subsequentes

A 10 de janeiro de 2024 foram publicados novos documentos constitutivos do Fundo IMGA PME Flex, com uma clarificação relativamente ao universo de investimento do Fundo.

A 31 de janeiro de 2024 foi incluída, nos documentos constitutivos dos Fundos, uma menção na Política de Investimento, clarificando a natureza de gestão ativa dos Fundos. Na mesma data, e para um conjunto de 18 Fundos, foi incluído o BNI Europa como nova entidade comercializadora.

A 7 de fevereiro de 2024 foi iniciada a comercialização das categorias P e R do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt e a inclusão do Banco Bison como entidade comercializadora dessas categorias. Foi também incluída a menção com a clarificação quanto à gestão ativa do Fundo.

A 22 de março de 2024 foi constituída a categoria I do Fundo IMGA Euro Taxa Variável.

A 10 de abril de 2024 foi iniciada a comercialização da categoria I do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt, tendo sido constituída a 12 de abril de 2024.

A 23 de abril de 2024 foi comunicada à CMVM a inclusão do Banco Atlântico Europa como entidade comercializadora dos Fundos IMGA.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

IMGA Iberia Fixed Income ESG

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
Data de Constituição: 2 de fevereiro de 2017
Sociedade Gestora: Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.
Valor da Carteira em 31 de dezembro de 2023: 3 477 587 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

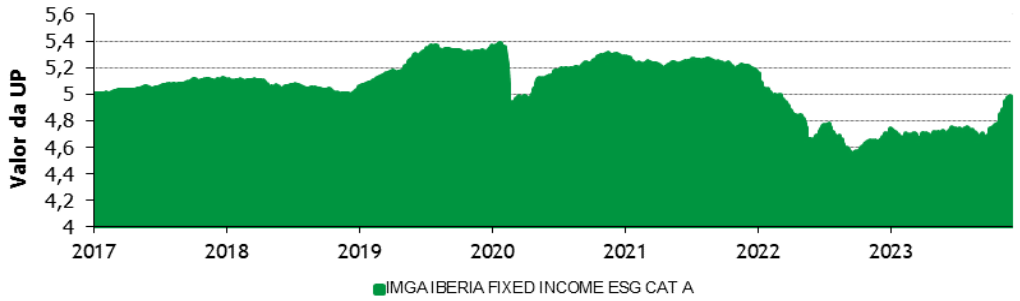
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A						
Rendibilidade	-1,8%	6,2%	-0,4%	-1,5%	-10,9%	6,8%
Risco (nível)	2	2	4	2	3	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R						
Rendibilidade					-10,9%	7,0%
Risco (nível)					3	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I						
Rendibilidade					-	7,2%
Risco (nível)					-	3

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

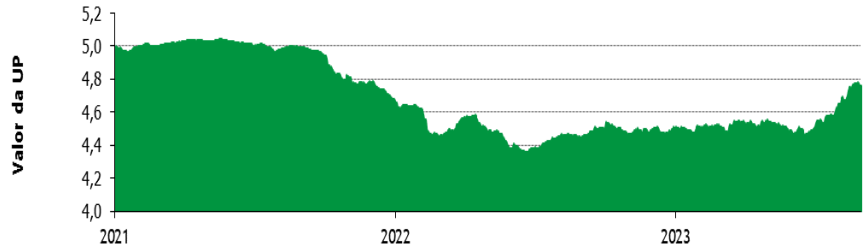
O Fundo tem como objetivo proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em dívida de emitentes portugueses e espanhóis não envolvidos em atividades ou setores controversos, tais como Tabaco, Jogo e Armamento Pessoal ou cuja maioria das receitas seja proveniente destas atividades e privilegiando os emitentes do respetivo universo, prevenindo adequadamente eventuais alterações significativas no risco-país, que adotem as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, ou emissões cujo objetivo seja financiar projetos com impacto positivo quer a nível social quer a nível ambiental (Social Bonds e Green Bonds). Investirá maioritariamente os seus ativos em títulos de dívida e instrumentos de mercado monetário de emitentes privados e públicos sedeados em Portugal e Espanha, exceto em situações em que a gestão do Fundo entenda ser adequado o investimento em ativos de menor risco, caso em que poderá investir em dívida pública alemã, dívida de outro país da Zona Euro de risco equivalente ou efetuar coberturas com derivados sobre dívida pública de outros países da Zona Euro. O investimento poderá ser, direta ou indiretamente, em obrigações de taxa fixa, de taxa variável, obrigações hipotecárias ou resultantes da titularização de créditos e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente, com distintos graus de subordinação, emitida(os) por entidades públicas, privadas ou garantidos por um Estado Soberano, por Entidades Supra nacionais ou por organismos internacionais de caráter público. Poderá, igualmente, investir em instrumentos de mercado monetário, incluindo papel comercial e depósitos em instituições de crédito. O Fundo não privilegiará setores específicos, nem segue uma alocação regional fixa. Até um limite de 10% do seu valor líquido global poderá investir em unidades de participação de outros organismos de investimento coletivo em valores mobiliários ou equiparados, com objetivos e políticas de investimento em conformidade com os do próprio fundo. Não poderá investir direta ou indiretamente em ações ordinárias. O fundo poderá estar exposto a risco cambial até ao limite máximo de 20% do seu valor líquido global podendo exceder esse limite desde que em simultâneo efetue, para o excesso, a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado, nos termos deste Prospeto. O Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos e para exposição adicional, sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 100% do seu valor líquido global. A estratégia de investimento do Fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência, nem não privilegiará setores específicos ou nem segue uma alocação regional fixa .

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

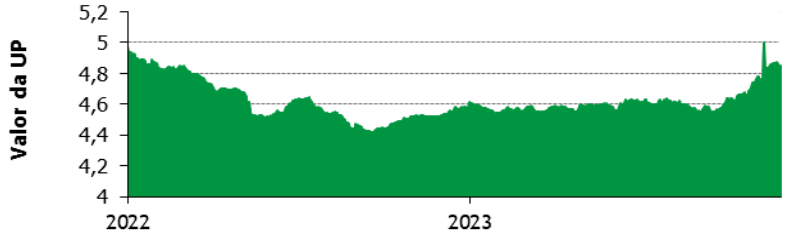
Categoria A (Últimos 10 anos civis)



Categoria R (desde início de atividade da categoria)



Categoria I (desde início de atividade da categoria)



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023
Nº UP's em circulação	508 788,3310	582 365,4401	551 162,9207	278 921,1669	278 349,1400
Valor Unitário UP (Euros)	5,3140	5,2909	5,2099	4,6408	4,9553
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2023**
Nº UP's em circulação			200,4009	200,4009	200,4009
Valor Unitário UP (Euros)			4,9936	4,4471	4,7565
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2023**
Nº UP's em circulação				237 878,1327	432 723,3355
Valor Unitário UP (Euros)				4,5202	4,8469

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2023 Volume / Mercado	2023 Custos de transação e Comissões	2022 Volume / Mercado	2022 Custos de transação e Comissões	2021 Volume / Mercado	2021 Custos de transação e Comissões	2020 Volume / Mercado	2020 Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	**483**	**0,0**	**467**	**0,0**	**704**	**0,0**	**601**	**0,0**
Mercados União Europeia	Alemanha	747				96		103	
	Espanha	2 086		1 667		1 814		2 114	
	sub-total	**2 833**	**0,1**	**1 667**	**0,2**	**1 910**	**0,2**	**2 217**	**0,1**
Outros Mercados									
	sub-total	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**
	Total	**3 316**	**0,1**	**2 134**	**0,2**	**2 614**	**0,2**	**2 818**	**0,1**

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	31.12.2023
Valores mobiliários	3 225 679
Saldos bancários	151 357
Outros ativos	104 945
Total dos ativos	3 481 981
Passivos	4 394
Valor Líquido de Inventário	3 477 587

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	103 486	4 395	-	107 881	958	108 839	3%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	3 097 850	67 756	47 808	3 117 798	66 817	3 184 616	97%
TOTAL	**3 201 336**	**72 151**	**47 808**	**3 225 679**	**67 776**	**3 293 455**	**100%**

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	58 761
As mais-valias de investimentos	196 642
Custos	
Custos de gestão	(16 374)
Custos de depósito	(1 200)
Outros encargos, taxas e impostos	(7 531)
As menos-valias de investimentos	(71 483)
Custos de negociação	(540)
Lucro líquido	**158 276**
Lucros distribuídos	**-**
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	1 027 947
Resgates	(79 172)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A		IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R		IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2021	2 871 469	5,2099	1 001	4,9936		
31.12.2022	1 294 405	4,6408	891	4,4471	1 075 240	4,5202
31.12.2023	1 379 289	4,9553	953	4,7565	2 097 345	4,8469

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2022	Compras	Vendas	+/- Valias realizadas	31.12.2023
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(1 316 690)	-	1 316 690	(12 980)	-
Operações Sobre Cotações					

Anexos

- Demonstrações Financeiras e Notas Anexas
- Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
- Relatório de Auditoria

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2023

IMGA Iberia Fixed Income ESG

ÍNDICE

Balanço.....2

Demonstração de Resultados 5

Demonstração de Fluxos de Caixa 7

Notas às Demonstração Financeiras 10

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro) **BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

ATIVO

Código	Designação	31-12-2023 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31-12-2022 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	3 201 336	72 151	(47 808)	3 225 679	2 134 322
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação					
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	3 201 336	72 151	(47 808)	3 225 679	2 134 322
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	36 765			36 765	42 697
	Total dos Valores a Receber	36 765			36 765	42 697
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	61 357			61 357	183 418
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	90 000			90 000	
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	151 357			151 357	183 418
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	68 175			68 175	14 298
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	5			5	
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	68 180			68 180	14 298
	TOTAL DO ATIVO	3 457 638	72 151	(47 808)	3 481 981	2 374 736
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				278 349	278 921
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe I				432 723	237 878
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				200	200

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 31-12-2023	31-12-2022
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	3 556 362	2 584 996
62	Variações Patrimoniais	(39 399)	(16 808)
64	Resultados Transitados	(197 652)	93 308
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	158 276	(290 960)
	Total do Capital do OIC	3 477 587	2 370 537
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes		
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	1 899	1 750
424+...+429	Outras contas de Credores	343	297
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	2 242	2 046
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	2 153	2 153
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		0
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	2 153	2 153
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	3 481 981	2 374 736
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	4.9553	4.6408
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe I	4.8469	4.5202
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	4.7565	4.4471

(valores em Euro) **EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31-12-2023	31-12-2022
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		1 316 690

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31-12-2023	31-12-2022
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		1 316 690
	Total		1 316 690
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		1 316 690
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

CUSTOS E PERDAS			
		Períodos	
Código	**Designação**	**31-12-2023**	**31-12-2022**
m	**Custos e Perdas Correntes**		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	540	727
724+…+728	Outras Operações Correntes	18 848	19 985
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	16 503	409 014
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	54 980	378 090
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	1 951	2 446
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 305	4 305
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	97 127	814 568
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**	158 276	
	TOTAL	255 403	814 568

PROVEITOS E GANHOS			
		Períodos	
Código	**Designação**	**31-12-2023**	**31-12-2022**
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	57 993	33 857
811+814+827+818	De Operações Correntes	578	
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+…+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	154 642	11 844
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	42 000	477 895
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	255 212	523 597
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários	185	
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	6	11
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	191	11
66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**		290 960
	TOTAL	255 403	814 568

(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	195 592	(364 039)
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(12 980)	99 805
B-A	Resultados Correntes	158 085	(290 971)
F - E	Resultados Eventuais	191	11
B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	160 227	(288 513)
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	158 276	(290 960)

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		1 027 947		1 248 922
Subscrição de unidades de participação	1 027 947		1 248 922	
...				
PAGAMENTOS:		79 172		1 459 895
Resgates de unidades de participação	79 172		1 459 895	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		948 774		(210 974)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		3 015 035		2 171 786
Venda de títulos e outros ativos	2 835 546		2 039 400	
Reembolso de títulos e outros ativos	150 000		100 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	29 489		32 386	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		4 001 096		2 056 505
Compra de títulos e outros ativos	3 999 276		2 053 851	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	70		175	
Outras taxas e comissões	1 244		1 819	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	506		660	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(986 061)		115 281
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		180 416		1 282 780
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	42 000		477 895	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	37 179		140 827	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	101 237		664 058	
PAGAMENTOS:		155 829		1 156 829
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	54 980		378 090	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	16 977		135 702	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	83 872		643 037	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		24 587		125 950

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários				
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		19 403		21 463
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	2		1	
Comissão de gestão	16 892		18 879	
Comissão de depósito	1 235		1 308	
Taxa de supervisão	1 275		1 275	
Impostos e taxas				
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(19 403)		(21 463)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		42		0
Ganhos extraordinários	42		0	
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		42		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(32 061)		8 795
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		**183 418**		**174 623**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		151 357		**183 418**

Notas às Demonstração Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

Introdução

A constituição do IMGA Iberia Fixed Income - Fundo de Investimento Mobiliário aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de outubro de 2016, tendo iniciado a sua atividade em 2 de fevereiro de 2017.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em divida de emitentes portugueses e espanhóis.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC foi de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição, é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2022	Subscrições			Resgates			Outros	Resultados do Exercício	31-12-2023
		Categoria A	Categoria I	Categoria R	Categoria A	Categoria I	Categoria R			
Valor base	2 584 996	27 911	1 029 082	-	(30 771)	(54 856)	-			3 556 362
Diferença p/Valor Base	(16 808)	(973)	(28 073)	-	1 625	4 830	-			(39 399)
Resultados acumulados	93 308							(290 960)		(197 652)
Resultados do período	(290 960)							290 960	158 276	158 276
SOMA	2 370 537	26 938	1 001 009	-	(29 146)	(50 026)	-	-	158 276	3 477 587
Nº de Unidades participação										
Categoria A	278 921	5 582			(6 154)					278 349
Categoria I	237 878		205 816			(10 971)				432 723
Categoria R	200			-			-			200
Valor Unidade participação										
Categoria A	4.6408									4.9553
Categoria I	4.5202									4.8469
Categoria R	4.4471									4.7565

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria A			Categoria R			Categoria I			Total	
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2023	31-12-23	4.9553	1 379 289	278 349	4.7565	953	200	4.8469	2 097 345	432 723	3 477 587	711 273
	30-09-23	4.6813	1 298 243	277 329	4.4908	900	200	4.5744	1 037 941	226 907	2 337 084	504 436
	30-06-23	4.7037	1 306 228	277 703	4.5106	904	200	4.5912	1 092 129	237 878	2 399 262	515 781
	31-03-23	4.6799	1 305 410	278 942	4.4860	899	200	4.5629	1 085 403	237 878	2 391 712	517 020
Ano 2022	31-12-22	4.6408	1 294 405	278 921	4.4471	891	200	4.5202	1 075 240	237 878	2 370 537	517 000
	30-09-22	4.5672	1 278 990	280 041	4.3829	878	200	4.4436	1 057 017	237 878	2 336 885	518 119
	30-06-22	4.6403	1 298 076	279 740	4.4513	892	200	4.5094	1 072 679	237 878	2 371 647	517 818
	31-03-22	4.9910	1 404 807	281 469	4.7866	959	200	4.8470	1 152 981	237 878	2 558 747	519 547
Ano 2021	31-12-21	5.2099	2 871 469	551 163	4.9936	1 001	200	-	-	-	2 872 470	551 363
	30-09-21	5.2484	2 922 750	556 885	5.0277	1 008	200	-	-	-	2 923 758	557 085
	30-06-21	5.2241	2 975 890	569 653	5.0015	1 002	200	-	-	-	2 976 892	569 853
	31-03-21	5.2286	3 063 928	585 997	-	-	-	-	-	-	3 063 928	585 997

Em 31 de dezembro de 2023, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes		
	Categoria A	Categoria R	Categoria I
UPs ≥ 25%	1	1	1
10% ≤ UPs < 25%	-	-	3
5% ≤ UPs < 10%	1	-	-
2% ≤ UPs < 5%	2	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	25	-	-
UPs < 0.5%	66	-	-
TOTAL	95	1	4

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2023, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	3 319 820	-	3 379 239	-	6 699 058	-
Obrigações Diversas	679 457	-	838 018	-	1 517 475	-
Contratos de Futuros	-	13 286	-	27 337	-	40 623
Total	3 999 276	13 286	4 217 257	27 337	8 216 533	40 623

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	1 027 947	-
Resgates	79 172	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. LISTED SECURITIES						
Portuguese listed Investments						
-Other Debt Instruments						
Caixa Geral de Depósitos Var 31/10/28	103 486	4 395	-	107 881	958	108 839
	103 486	4 395	-	107 881	958	108 839
EU listed Investments						
-Government Bonds						
Bonos Y Oblig Del Estado 3.15% 30/04/33	562 933	6 520	-	569 453	11 808	581 261
Bonos Y Oblig Del Estado 3.5% 31/05/29	281 551	494	-	282 045	2 117	284 162
BundesRepublic Deutschland 0% 15/05/36	92 691	7 041	-	99 732	-	99 732
Bundesrepublic Deutschland 2.6% 15/08/33	10 280	221	-	10 500	121	10 621
DBR 2.1% 15/11/29	101 390	-	(410)	100 980	264	101 244
DBR 5.625% 04/01/28	536 820	-	(1 227)	535 593	26 148	561 741
SPGB 4.2% 31/01/37	251 913	24 785	-	276 698	9 608	286 306
	1 837 577	39 060	(1 637)	1 875 000	50 066	1 925 066
-Other Debt Instruments						
Abanca Corp Bancaria SA Var 08/09/27	99 897	-	(8 482)	91 415	156	91 571
Banco Bilbao Viscaya ARG Var 16/01/30	92 635	3 629	-	96 264	956	97 220
Banco Comercial Português Var 02/10/26	99 825	2 985	-	102 810	1 383	104 193
Banco de Sabadell SA Var 07/02/29	96 650	6 755	-	103 405	4 703	108 108
Banco Santander SA Var 15/02/172	89 550	5 861	-	95 411	44	95 455
CaixaBank SA Var 18/06/31	90 932	2 235	-	93 167	669	93 836
Cellnex Finance CO SA 2.25% 12/04/26	93 452	3 702	-	97 154	1 617	98 771
CEPSA Finance SA 0.75% 12/02/28	99 429	-	(9 637)	89 792	662	90 454
CRL Credito Agricola Mut Var 05/11/26	99 906	-	(6 704)	93 202	376	93 578
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	100 000	-	(10 603)	89 397	1 370	90 767
Ibercaja Banco SA Var 15/06/25	98 256	1 455	-	99 711	2 039	101 750
Iberdrola Finanzas SAU Var 16/11/170	100 000	-	(10 745)	89 255	194	89 449
Kutxabank SA Var 15/06/27	99 741	2 074	-	101 815	2 583	104 398
	1 260 273	28 696	(46 171)	1 242 798	16 751	1 259 549
TOTAL	**3 201 336**	**72 151**	**(47 808)**	**3 225 679**	**67 776**	**3 293 455**

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE PERÍODOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

    a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

    a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

IMPOSTOS

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	117 684	36 957	154 642	(9 783)	67 776	-	57 993
Depósitos	-	-	-	178	400	-	578
OPERAÇÕES A PRAZO							
Taxa de Juro							
Futuros	-	42 000	42 000	-	-		-
TOTAL	117 684	78 957	196 642	(9 605)	68 175	-	58 570

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	1 637	14 866	16 503	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Taxa de Juro						
Futuros	-	54 980	54 980	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	14 805	1 569	16 374
de Depósito	-	-	-	1 082	117	1 200
de Supervisão	-	-	-	(200)	200	-
de Carteira de títulos	-	-	-	540	-	540
Outras	-	-	-	1 275	-	1 275
TOTAL	1 637	69 846	71 483	17 502	1 886	19 388

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2023 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2023	31-12-2022
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	1 951	2 446
TOTAL	1 951	2 446

10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2023, o OIC tem contratado junto do Millennium BCP uma conta corrente no valor de 50 000€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	98 771	-	-	-	-	98 771
de 3 a 5 anos	852 605	-	-	-	-	852 605
de 5 a 7 anos	590 734	-	-	-	-	590 734
mais de 7 anos	1 347 427	-	-	-	-	1 347 427

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria I		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	11 814	0.90%	5 206	0.48%	9	0.94%
Comissão de Depósito	682	0.05%	566	0.05%	0	0.00%
Taxa de Supervisão	644	0.05%	555	0.05%	0	0.05%
Custos de Auditoria	2 352	0.18%	1 952	0.18%	2	0.18%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	675	0.05%	560	0.05%	0	0.05%
Outros Custos Correntes	281	0.02%	233	0.02%	0	0.02%
TOTAL	**16 449**		**9 072**		**11**	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	**1.25%**		**0.83%**		**1.24%**	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Resultados SFDR e Taxonomia 2023

IMGA Iberia Fixed Income ESG

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Iberia Fixed Income ESG**
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **5493001MT6YISZH3YV05**
Código do fundo (CMVM): **1470**

Por "Investimento Sustentável" deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.** O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

☐ **Sim**	☒ **Não**
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%**	☒ **Promoveu características ambientais/sociais (A/S)** e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 5% a investimentos sustentáveis
☐ em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☐ com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
☐ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☒ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
	☒ com um objetivo social
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%**	☐ Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter melhorado no último ano, esta informação ainda é bastante limitada, principalmente no que concerne aos indicadores relacionados com sustentabilidade ambiental. Com a implementação da *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), que será aplicada gradualmente a partir de 2024 até 2026, é espectável esta limitação diminua. À data de preparação deste relatório, muitas das empresas analisadas não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção. Das 23

entidades em carteira, 2 não dispunham de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental e/ou social analisados, correspondendo a cerca de 3% da carteira de ativos a 31 de dezembro de 2023.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2023 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de dados de cerca de 97% da carteira de ativos do fundo, sendo que 86,2% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 11% apresentavam risco médio, não existindo qualquer investimento em ativos considerados com risco alto ou severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG da componente de crédito da carteira. Destes, destaque para os relacionados com proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas e eficiência na utilização das matérias-primas. Existia ainda o investimento 2 entidades governamentais, consideradas sustentável do ponto de vista ambiental e social, com risco ESG negligenciável e baixo, correspondentes a cerca de 56% da carteira de ativos.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco da carteira de crédito do Fundo, sendo responsáveis por quase de 44,3% desta notação, penalizada principalmente por questões relacionadas com ética empresarial e privacidade e segurança de dados, no setor bancário, e gestão do capital humano e relações Laborais, e beneficiado pelos indicadores relativos a acesso a serviços básicos, direitos humanos, corrupção, saúde e segurança no trabalho e relação com a comunidade. A contribuir favoravelmente para a sustentabilidade social esteve também a componente de obrigações governamentais, que correspondem a cerca 56% dos ativos do Fundo.

As componentes de "*Corporate Governance*" e os riscos idiossincráticos dos emitentes alvo de investimento e/ou mecanismos de gestão do risco ESG implementados por cada entidade, pela forma como os mesmos se comparam com a prática de mercado para cada setor, contribuíram também significativamente para o risco ESG da carteira, não estando estes discriminados entre questões ambientais e/ou sociais.

Não foram detetadas situações de *non-compliance* com os princípio e normas internacionais, nomeadamente com o UN Global Compact, com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, nem existiam em carteira entidades em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo com referência à carteira de ativos no final do ano 2023.

Entidades Privadas	Notação de Rating ESG: Risco Baixo		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
	Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
	Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	19,5%	6,9%	8,3%	19,5%	6,9%	8,3%	13,2%	1,5%	2,3%
		Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	12,6%	1,2%		12,6%	1,2%		6,3%	0,6%	
		Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	12,6%	0,3%		12,6%	0,3%		6,3%	0,2%	
	Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	6,9%	0,6%	44,3%	6,9%	0,6%	38,8%	6,9%	0,6%	27,5%
		Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	88,4%	8,3%		81,6%	7,4%		61,8%	5,2%	
		Saúde e Segurança no Trabalho	12,6%	1,5%		12,6%	1,5%		6,3%	0,9%	
		Ética Empresarial	88,4%	15,2%		81,6%	12,7%		61,8%	9,2%	
		Corrupção	6,3%	0,6%		6,3%	0,6%		0,0%	0,0%	
		Relação com a comunidade	12,6%	0,9%		12,6%	0,9%		6,3%	0,5%	
		Privacidade e Segurança de Dados	75,8%	17,1%		69,0%	15,0%		55,5%	11,0%	
		Acesso a Serviços Básicos	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	
	Corporate Governance	Corporate Governance	88,4%	24,7%	24,7%	81,6%	22,1%	22,1%	61,8%	15,6%	15,6%
	Outros	Outros	68,9%	22,7%	22,7%	62,0%	19,8%	19,8%	48,6%	10,4%	10,4%
	TOTAL		100,00%	100,0%	100,0%	-	89,1%	89,1%	-	55,8%	55,8%
	% Ativos do Fundo		41%			41%			33%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

A notação de rating ESG de "**Risco Baixo**" para a carteira de crédito, correspondente a 41% da totalidade dos ativos do Fundo, resultou em 89% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representavam cerca de 41% da carteira de ativos, ie, a totalidade dos ativos que compunham esta componente da carteira. Destes cerca de 33% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 56% da notação de "**Risco Baixo**" atribuída.

Governos	Notação de Rating ESG: Risco Baixo						
	Rating ESG	Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade Social	Governação	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	Risco Negligenciável	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	22,4%	22,44%	22,44%
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Médio	Risco Negligenciável	33,4%	33,42%	33,42%
	% Ativos do Fundo				55,9%	55,9%	55,9%

Relativamente à componente governamental, correspondente a 56% da carteira de ativos do fundo, cerca de 22% corresponde à exposição a uma entidade com risco ESG negligenciável e 33% a uma entidade com risco baixo, ambas consideradas sustentáveis.

Os restantes ativos em carteira, correspondente a 3% da carteira de ativos do fundo, não considerados com características A/S nem sustentáveis correspondem ao montante detido em depósitos à ordem para gestão dos compromissos diários com resgates, comissões, etc.

Os **indicadores de sustentabilidade** medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

… e em relação a períodos anteriores?

Apesar da manutenção da notação média de rating Fundos em "Risco Baixo", verificou-se um aumento da exposição a entidades com notação mais favorável e/ou melhoria da notação das entidades em carteira. De salientar também o aumento do nível de cobertura de ativos, que passou de 92% em 2022 para 97% em 2023.

Rating ESG	2022	2023
Risco Negligenciável	10,7%	28,1%
Risco Baixo	44,4%	58,1%
Risco Médio	33,0%	11,0%
Risco Alto	4,2%	0,0%
Risco Severo	0,0%	0,0%
Com	**92,3%**	**97,3%**

Esta melhoria no nível global de rating ESG traduziu-se num aumento da exposição a entidades alinhados com características A/S e sustentáveis, de 92% para 97% e de 70% para 89%, respetivamente.

Quanto aos indicadores analisados para entidades privadas verificou-se uma melhoria mais significativa ao nível de outros indicadores, nomeadamente indicadores idiossincráticos e mecanismos de gestão e mitigação de riscos ESG, e dos indicadores relacionados com "Acesso a Serviços Básicos", tendo os indicadores relacionados com "Privacidade e Segurança de Dados", "Ética Empresarial", "Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição" e "*Corporate Governance*" sido os que mais se deterioraram.

			Contribuição para o Rating ESG	
Entidades Privadas	Indicadores de Sustentabilidade		2022	2023
	Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	4,6%	6,9%
		Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	1,0%	1,2%
		Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	0,2%	0,3%
	Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	0,0%	0,6%
		Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	7,4%	8,3%
		Saúde e Segurança no Trabalho	1,1%	1,5%
		Ética Empresarial	11,9%	15,2%
		Corrupção	0,4%	0,6%
		Relação com a comunidade	1,0%	0,9%
		Privacidade e Segurança de Dados	8,6%	17,1%
		Acesso a Serviços Básicos	1,2%	0,0%
	te Governance	*Corporate Governance*	22,1%	24,7%
	Outros	Outros	40,5%	22,7%
	TOTAL		100,0%	100,0%
	% Ativos do Fundo		*65,9%*	*41,4%*
	Promoção Características A/S		65,2%	41,3%
	Sustentáveis		43,4%	33,1%

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Relativamente ao investimento em ativos emitidos por entidades governamentais, cujo montante de investimento alocado aumentou significativamente no ano, manteve-se a exposição apenas a entidades consideradas sustentáveis.

		2022			2023		
Governos	*Rating ESG*	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	Risco Negligenciável	0,0%	0,0%	0,0%	22,4%	22,4%	22,4%
	Risco Baixo	26,4%	26,4%	26,4%	33,4%	33,4%	33,4%
	Total	26,4%	26,4%	26,4%	55,9%	55,9%	55,9%

Assim, para a totalidade da carteira, a componente de ativos considerada alinhada com características A/S e sustentável teve a seguinte evolução:

% Ativos	2022	2023
Alinhados com características A/S	91,6%	97,2%
Sustentáveis	69,8%	89,0%

Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

Apenas são considerados como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não

prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emitentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emitente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment).

Os **principais impactos negativos** devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

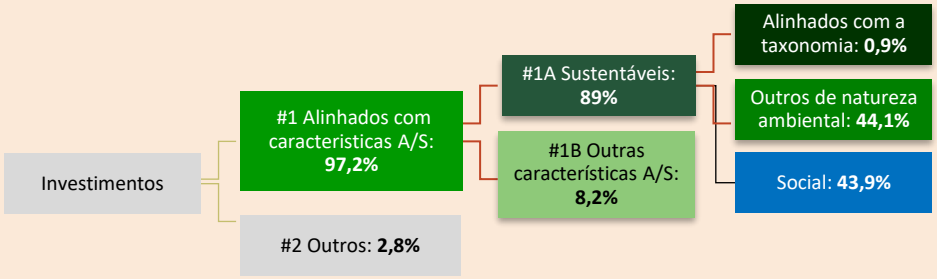
A lista inclui os investimentos que constituem **os maiores investimentos** efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
Bonos Y Oblig Del Estado 3.15% 30/04/33	*Government*	16,87%	Espanha
DBR 5.625% 04/01/28	*Government*	16,30%	Alemanha
SPGB 4.2% 31/01/37	*Government*	8,31%	Espanha
Bonos Y Oblig Del Estado 3.5% 31/05/29	*Government*	8,25%	Espanha
Caixa Geral de Depósitos Var 31/10/28	*Banks*	3,16%	Portugal
Bonos Y Oblig Del Estado 3.15% 30/04/33	*Government*	16,87%	Espanha

Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.
#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:
- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Government	Sovereign	55,86%
Banks	Diversified Banks	17,63%
	Regional Banks	8,33%
	Thrifts and Mortgages	3,03%
Telecommunication Services	*Telecommunication Services*	2,87%
Insurance	*Property and Casualty Insurance*	2,63%
Oil & Gas Producers	*Integrated Oil & Gas*	2,62%
Utilities	*Electric Utilities*	2,60%
Liquidez	Depósito à Ordem	1,80%
	Depósito a Prazo	2,62%

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE[1]?

☐ Sim:

☐ Gás fóssil ☐ Energia nuclear

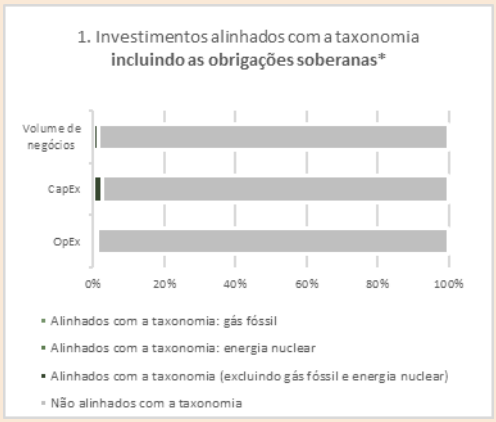
☒ Não

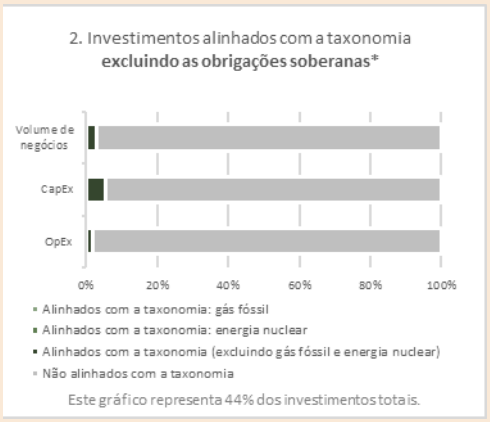
[1] As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital** (CapEx), demostrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.





**** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.***

Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Apenas 41% dos investimentos em carteira respeitam a investimentos em entidades privadas, destas 5,2% reportavam dados ao abrigo da Taxonomia EU no final do ano. Destes 0,9% das vendas médias derivaram de atividades alinhadas com a taxonomia EU, sendo que 0,3% respeitava a operações próprias e 0,6% a atividades capacitantes. Não foi reportado qualquer investimento em atividades de transição por parte das entidades privadas em carteira.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Dada a ausência de informação, para períodos anteriores, sobre investimentos alinhados com a taxonomia EU, não é apresentada esta comparação.

São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, da totalidade de investimentos considerados sustentáveis (89%), 44,1% foram considerados sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da EU.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 89% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 43,9% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.

Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria "Outros" incluem depósitos à ordem para fazer face às obrigações do fundo com pagamento de resgates, comissões, etc.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade. É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco. Neste sentido, não foram detetadas situações de *non-compliance* com os princípio e normas internacionais, nomeadamente com o UN Global Compact, com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, nem existiam em carteira entidades em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento. Estas posições não foram consideradas alinhadas com características A/S nem sustentáveis, tendo sido incluído na componente "Outros".

Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2023

IMGA Iberia Fixed Income ESG

mazars

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Iberia Fixed Income ESG – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3 481 981 euros e um total de capital do OIC de 3 477 587 euros, incluindo um resultado líquido de 158 276 euros), a Demonstração de resultados, e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Iberia Fixed Income ESG – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2024

Pedro Miguel Pires de Jesus.

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)